



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
CONCURSO PÚBLICO CPCMA 001/2026 - Diversos



Prova Objetiva

Caderno de Questões

Código:

501

Emprego:

Analista Jurídico

Instruções Gerais (POR FAVOR, LEIA COM ATENÇÃO):



IMPORTANTE:

- Esta prova terá duração máxima de **4 (quatro) horas** e é composta por **50 (cinquenta) questões e 1 (uma) PROVA DISCURSIVA**.
- Verifique se a numeração das páginas do Caderno de Questões é contínua e se contém todas as questões.
- Verifique também se não há imperfeições gráficas que possam prejudicar a leitura ou causar dúvidas.
- Ao receber seu **CARTÃO DE RESPOSTAS** e sua **PROVA DISCURSIVA**, confira seus dados e assine no local indicado.
- Qualquer irregularidade sobre os itens acima deverá ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala.

ATENÇÃO:

- É estritamente **PROIBIDO** qualquer tipo de consulta durante a realização da prova, bem como a utilização de qualquer dispositivo eletrônico.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E), sendo apenas **UMA** delas a correta.
- O **CADERNO DE QUESTÕES** poderá ser usado para rascunhos, porém em hipótese alguma será considerado para correção.
- No **CARTÃO DE RESPOSTAS** utilize exclusivamente caneta esferográfica de tinta **AZUL** ou **PRETA**, pois somente essas marcações são reconhecidas pela leitora óptica.
- Transcreva corretamente e com atenção suas respostas para o **CARTÃO DE RESPOSTAS** que será corrigido por meio de leitura óptica. **CUIDADO: NÃO** haverá substituição do **CARTÃO DE RESPOSTAS** em caso de erro no preenchimento ou rasuras feitas pelo candidato. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasuradas ou preenchidas em desacordo com estas instruções serão anuladas.
- Ao término da prova, entregue ao Fiscal de Sala o **CADERNO DE QUESTÕES**, a **PROVA DISCURSIVA** e o **CARTÃO DE RESPOSTAS** corretamente preenchido e assinado.
- Os 3 (três) últimos candidatos deverão **ASSINAR** o verso de **TODOS** os **CARTÕES DE RESPOSTAS** e **ACOMPANHAR** o fechamento do Malote.

✂ Destaque o canhoto na linha pontilhada abaixo:

RASCUNHO DO GABARITO DE RESPOSTAS

Importante: Exclusivo à mera conferência das respostas assinaladas, não sendo considerado, em hipótese alguma, para fins de correção.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

Gabaritos e Resultados: www.igecs.org.br

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para as responder às questões de 1 a 3.

Microplásticos: o longo legado deixado pela poluição plástica

O mundo está se afogando sob o peso da poluição plástica, com mais de 430 milhões de toneladas de plástico produzidas anualmente. Dois terços são produtos de vida curta que rapidamente se tornam resíduos, enchendo o oceano e, muitas vezes, entrando na cadeia alimentar humana.

No Dia Mundial do Meio Ambiente deste ano, em 5 de junho, a questão da poluição plástica estará no centro das atenções. Um dos legados mais danosos e duradouros da crise da poluição plástica são os microplásticos, uma ameaça crescente à saúde humana e planetária.

Essas minúsculas partículas de plástico estão presentes em itens do dia a dia, incluindo cigarros, roupas e cosméticos. Uma pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) mostra que o uso contínuo de alguns desses produtos aumenta o acúmulo de microplásticos no meio ambiente. Os microplásticos, que podem ter até cinco milímetros de diâmetro, entram no oceano a partir da decomposição do lixo plástico marinho, do escoamento de encanamentos, do vazamento de instalações de produção e de outras fontes. Quando ingeridos pela vida marinha, como aves, peixes, mamíferos e plantas, os microplásticos têm efeitos tóxicos e mecânicos, levando a problemas como redução da ingestão de alimentos, sufocamento, mudanças comportamentais e alteração genética.

Além de entrar na cadeia alimentar por meio de frutos do mar, as pessoas podem inalar microplásticos do ar, ingeri-los na água e os absorver através da pele. Microplásticos foram encontrados em vários órgãos humanos e até mesmo na placenta de recém-nascidos. O relatório de 2021 do PNUMA, *Da Poluição à Solução*, alertou que os produtos químicos nos microplásticos "estão associados a sérios impactos na saúde, especialmente nas mulheres". Eles podem incluir alterações na genética humana, desenvolvimento cerebral e taxas de respiração, entre outros problemas de saúde.

"Os impactos de produtos químicos e microplásticos perigosos na fisiologia de humanos e organismos marinhos ainda são iniciais e devem ser priorizados e acelerados nesta Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável", disse Letícia Carvalho, chefe da Divisão de Água Marinha e Água Doce do PNUMA. "Porém, a ação que limita sua propagação e prevalência será, sem dúvida, benéfica para a nossa saúde, a longo prazo, e para o bem-estar dos ecossistemas marinhos e mais", acrescentou.

Filtros de cigarros

Os microplásticos conhecidos como fibras de acetato de celulose compreendem a maioria dos filtros de cigarros. Com seis trilhões de cigarros consumidos por um bilhão de fumantes anualmente, essas fibras chegam a todos os cantos do mundo. As bitucas de cigarro são o lixo plástico mais comum nas praias, tornando os ecossistemas marinhos altamente suscetíveis a vazamentos de microplásticos. Quando se decompõem, os cigarros liberam microplásticos, metais pesados e muitos outros produtos químicos que afetam a saúde e os serviços dos ecossistemas.

Vestuário e têxteis

Os plásticos – incluindo poliéster, acrílico e nylon – compreendem aproximadamente 60% de todo o material de vestuário. Devido à abrasão, roupas e tecidos com esses materiais eliminam microplásticos conhecidos como microfibras quando lavados ou usados. De acordo com um relatório do PNUMA de 2020 que mapeia a cadeia de valor têxtil global, cerca de 9% das perdas anuais de microplásticos para o oceano vêm de roupas e outros têxteis.

Para reduzir essas perdas, os especialistas recomendam usar as roupas mais vezes e lavá-las com menos frequência. Ao comprar novas roupas, optar por materiais naturais de origem sustentável pode diminuir ou eliminar a ameaça de vazamento de microplástico – embora fazer isso possa vir com outras compensações ambientais.

A longo prazo, o PNUMA e outras agências da ONU que participam da Aliança das Nações Unidas para a Moda Sustentável continuarão a impulsionar ações coordenadas na indústria da moda. Eles também farão campanha para que o governo faça transição para uma cadeia de valor têxtil sustentável e circular com o mínimo de microplásticos. O PNUMA está trabalhando em um roteiro que destaca as principais ações que as partes interessadas podem tomar, bem como orientações para melhorar as medidas de comunicação para impulsionar a mudança de comportamento [...].

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). Microplásticos: o longo legado deixado pela poluição plástica. Nairobi: PNUMA, 28 abr. 2023. Disponível em: UNEP Brasil – Microplásticos: o longo legado deixado pela poluição plástica (adaptado).

1. De acordo com o texto, é correto afirmar que:
 - a) Os microplásticos são exclusivamente produzidos a partir da decomposição de resíduos radioativos encontrados nos oceanos.
 - b) Os microplásticos impactam apenas os organismos marinhos e, portanto, não há evidências de exposição no organismo humano.
 - c) Os microplásticos podem alcançar o organismo humano por diferentes vias, incluindo a respiração, a alimentação e o contato com a pele.
 - d) O PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) chegou à conclusão de que os efeitos dos microplásticos sobre a saúde humana são plenamente conhecidos pela ciência.
 - e) Os pesquisadores do PNUMA garantem que somente os peixes pequenos dos oceanos sofrem prejuízos devido a ingestão de microplásticos.
2. A principal finalidade do texto é:
 - a) Apresentar informações sobre a presença dos microplásticos no meio ambiente, os impactos que eles causam e algumas medidas para reduzir a disseminação dessas partículas.
 - b) Impor à indústria têxtil a substituição imediata de todos os materiais sintéticos por orgânicos.
 - c) Demonstrar que os microplásticos encontrados nos Oceanos Pacífico e Índico são exclusivamente derivados dos filtros de cigarros.
 - d) Refutar as pesquisas realizadas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e sugerir novas metodologias de estudo.
 - e) Evidenciar que os prejuízos causados pelos microplásticos são irreversíveis em todos os casos, para a humanidade e para o meio ambiente, de modo que não há mais o que possa ser feito.

3. Com base no texto, assinale a alternativa correta:

- O PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) recomenda expressamente que a frequência de lavagem das roupas seja aumentada para garantir a redução da liberação de microfibras.
- Os filtros de cigarros, apesar de conter microplásticos, são os únicos produtos industriais que não representam fonte significativa de perigo de contaminação para os ecossistemas marinhos.
- Os cientistas evidenciaram que os microplásticos que estão presentes atualmente no meio ambiente têm origem exclusiva na indústria da moda.
- A utilização mais prolongada das roupas e a redução da frequência de lavagens delas, é uma das medidas sugeridas pelos especialistas para reduzir a eliminação de microplásticos conhecidos como microfibras.
- Os estudos mencionados no texto descartam qualquer possibilidade de alterações genéticas associadas à exposição aos microplásticos.

4. A palavra "microplásticos", empregada no texto, apresenta o mesmo processo de formação observado em:

- Girassol.
- Passatempo.
- Planalto.
- Aguardente.
- Microfibras.

5. No trecho abaixo, a expressão destacada introduz ideia de:

“Quando ingeridos pela vida marinha, como aves, peixes, mamíferos e plantas, os microplásticos têm efeitos tóxicos e mecânicos...”.

- Comparação.
- Explicação.
- Exemplificação.
- Oposição.
- Conclusão.

6. Assinale a alternativa em que o verbo destacado está empregado corretamente de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa:

- Haviam microplásticos em vários organismos marinhos.
- Fazem muitos anos que os pesquisadores estudam o problema dos microplásticos.
- Devem existir soluções capazes de reduzir a poluição plástica nos oceanos.
- Houveram avanços significativos nas pesquisas recentes do PNUMA.
- Faziam cinco anos que o relatório do PNUMA havia sido publicado na revista.

7. Assinale a alternativa em que o emprego da pontuação está empregado corretamente:

- Os microplásticos encontrados nos oceanos podem causar diversos impactos ambientais porém ainda são pouco conhecidos.
- Os microplásticos encontrados nos oceanos, podem causar diversos impactos ambientais porém ainda são pouco conhecidos.
- Os microplásticos encontrados nos oceanos podem causar diversos impactos ambientais; porém, ainda são pouco conhecidos.
- Os microplásticos encontrados nos oceanos podem causar diversos impactos ambientais porém, ainda são pouco conhecidos.
- Os microplásticos encontrados nos oceanos podem causar diversos impactos ambientais porém ainda, são pouco conhecidos.

8. Observe o trecho abaixo:

“Os microplásticos, que podem ter até cinco milímetros de diâmetro, entram no oceano a partir da decomposição do lixo plástico marinho...”.

É correto afirmar que a expressão destacada exerce a função sintática de:

- Objeto direto.
- Adjunto adverbial.
- Complemento nominal.
- Agente da passiva.
- Objeto indireto.

9. Observe trecho abaixo:

“Microplásticos foram encontrados em órgãos que desempenham funções vitais”.

É correto afirmar que a palavra destacada é classificada como:

- Conjunção integrante.
- Pronome indefinido.
- Pronome relativo.
- Conjunção coordenativa.
- Advérbio.

10. A palavra “inalá-los”, empregada de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, apresenta:

- Ênclise.
- Próclise.
- Mesóclise.
- Anáfora.
- Silepse.

11. Assinale a alternativa em que todas as palavras recebem acento gráfico pela mesma regra observada em “saúde”:

- Baú – saída.
- Vitória – espécie.
- Cafê – cipó.
- Plástico – oceânico.
- Água – área.

12. Avalie os itens abaixo para assinalar a alternativa correta:

I- O texto apresenta informações fundamentadas em pesquisas e relatórios de instituições especializadas.

II- O texto tem finalidade predominantemente informativa.

- Somente I está correto.
- Somente II está correto.
- I e II estão corretos.
- I e II estão errados.
- Nenhuma das alternativas anteriores.

13. Observe o trecho abaixo:

“Além de entrar na cadeia alimentar por meio de frutos do mar, as pessoas podem inalar microplásticos do ar, ingeri-los na água e os absorver através da pele”.

É correto afirmar que a forma verbal destacada está no:

- infinitivo pessoal.
- particípio.
- gerúndio.
- infinitivo impessoal.
- futuro do presente.

14. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas corretamente:

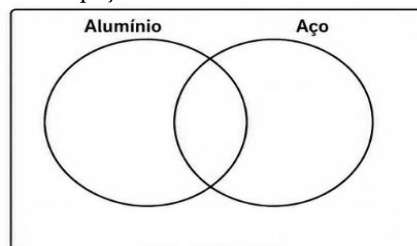
- Microplástico – pesquisa – crescimento – exceção.
- Microplástico – pesquisa – crescimento – exceção.
- Microplástico – pesquisa – crescimento – excessão.
- Microplástico – pesquisa – crescimento – exceção.
- Microplástico – pesquisa – crescimento – excessão.

15. No trecho abaixo, a expressão destacada pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por:
 “Além de entrar na cadeia alimentar por meio de frutos do mar...”.
- Apesar de.
 - Em virtude de.
 - Em oposição a.
 - Por intermédio de.
 - Diante de.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

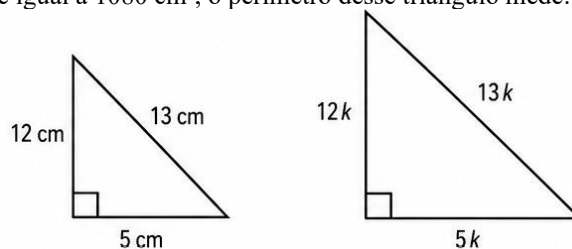
16. Em uma secretaria municipal, serão escolhidos integrantes para compor uma equipe de fiscalização. Há 5 analistas, 6 técnicos e 4 auxiliares disponíveis. A equipe deverá ser formada por exatamente 2 analistas, 2 técnicos e 1 auxiliar. O número total de equipes distintas que podem ser formadas é:
- 540
 - 600
 - 720
 - 900
 - 1.080
17. Em uma escola, 65% dos alunos participam de atividades esportivas e 50% participam de atividades culturais. Sabe-se que 15% dos alunos não participam de nenhuma dessas atividades. A probabilidade de selecionar um aluno que participe simultaneamente das duas atividades é:
- 20%
 - 25%
 - 30%
 - 35%
 - 40%
18. Uma empresa realizará apresentações com 5 palestrantes escolhidos entre 9 participantes inscritos. Sabendo-se que a ordem das apresentações será relevante, o número de maneiras distintas de organizar essas apresentações é:
- 9.840
 - 12.600
 - 15.120
 - 18.240
 - 19.440
19. Um corredor inicia determinado treino percorrendo 800 metros no primeiro dia. A cada dia seguinte, aumenta o percurso em 120 metros, mantendo sempre o mesmo padrão. A distância percorrida no 12º dia de treino será:
- 1.920m.
 - 2.000m.
 - 2.240m.
 - 2.360m.
 - 2.120m.
20. Em uma papelaria, o preço de um caderno e uma caneta somam R\$ 34,00. Sabe-se que o caderno custa R\$ 10,00 a mais do que a caneta. O preço da caneta é:
- R\$ 8,00
 - R\$ 11,00
 - R\$ 12,00
 - R\$ 13,00
 - R\$ 14,00

21. Em um depósito existem peças fabricadas em alumínio e aço. Sabe-se que:
 180 peças contêm alumínio;
 150 peças contêm aço;
 70 peças contêm ambos os materiais;



Todas as peças possuem pelo menos um desses materiais. O número total de peças existentes no depósito é:

- 260
 - 280
 - 300
 - 330
 - 400
22. Uma escola cobra mensalidade de R\$ 850,00 por aluno. Além disso:
 possui um professor fixo;
 contrata um novo professor a cada grupo completo de 25 alunos;
 cada professor recebe R\$ 5.000,00;
 os demais custos equivalem a R\$ 90,00 por aluno.
 Considerando $q(x)$ o quociente inteiro da divisão do número de alunos x por 25, a função que representa o lucro mensal da escola é:
- $L(x) = 760x - 5000(q(x) + 1)$
 - $L(x) = 760x - 5000q(x)$
 - $L(x) = 850x - 5000(q(x) + 1)$
 - $L(x) = 850x - 90x - 5000q(x)$
 - $L(x) = 850x - 5000q(x) - 1$
23. Um triângulo retângulo é semelhante ao triângulo de lados 5 cm, 12 cm e 13 cm. Sabendo-se que a área do maior triângulo é igual a 1080 cm², o perímetro desse triângulo mede:



- 150cm
 - 195cm
 - 210cm
 - 180cm
 - 225cm
24. Em uma instituição pública, o número de processos analisados por um setor segue um padrão diário. No 1º dia foram analisados 18 processos, no 2º dia 22, no 3º dia 26, e assim sucessivamente, mantendo sempre o mesmo aumento diário. O total de processos analisados em 15 dias é:
- 74
 - 690
 - 660
 - 720
 - 750

25. Em uma empresa, um funcionário produz sozinho 180 peças em 6 horas de trabalho contínuo. Mantendo-se o mesmo ritmo de produção, o número de peças produzidas por 4 funcionários trabalhando durante 5 horas será:



- a) 540
- b) 560
- c) 720
- d) 750
- e) 600

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Para responder às questões de informática, considere que todos os aplicativos e sistemas operacionais citados estão em português do Brasil (quando disponível) e com suas configurações e instalações padrões. Caso existam questões que versam sobre fórmulas do Microsoft Excel, estas serão destacadas do texto iniciando e terminando com aspas, que não fazem parte de sua funcionalidade e devem ser desconsideradas para a resolução. Ademais, caso citados, considere que a versão do Microsoft Windows 11 é a 25H2 (build 26220.7653), que a versão do Ubuntu Linux é a 25.10 e que a versão do Microsoft Office 365 é a 2602 (build 19711.20000).

26. Qual configuração no Microsoft Edge ajuda a reduzir rastreamento por terceiros durante pesquisas na web sem impedir funcionalidade básica?
- a) Salvar todas as páginas como PDF para evitar rastreamento.
 - b) Desativar JavaScript globalmente para impedir todo rastreamento sem impacto em funcionalidade.
 - c) Desinstalar o navegador e usar apenas clientes de e-mail para pesquisar.
 - d) Ativar a Prevenção contra Rastreamento, utilizar navegação InPrivate quando apropriado e revisar permissões de cookies por site.
 - e) Compartilhar histórico com terceiros para melhorar recomendações.
27. Qual prática de backup local e remoto é mais adequada para proteger dados contra perda por falha de hardware e/ou ransomware?
- a) Implementar 3-2-1: pelo menos três cópias dos dados, em dois tipos de mídia diferentes, e uma cópia off-site.
 - b) Manter apenas uma cópia local em disco externo para facilitar restauração.
 - c) Fazer backup apenas em pendrives rotativos sem cópia externa.
 - d) Confiar apenas em snapshots do sistema sem cópias externas.
 - e) Armazenar backups em pastas públicas na rede sem controle de acesso.
28. Em termos de segurança de dispositivos USB, qual política técnica reduz exposição a malware sem impedir uso legítimo?
- a) Bloquear execução automática e exigir verificação por antivírus ao conectar dispositivos USB.
 - b) Permitir todos os dispositivos USB e confiar na educação do usuário.

- c) Desativar portas USB fisicamente em todas as máquinas sem exceção.
- d) Habilitar autorun para facilitar uso e detectar malware mais rápido.
- e) Compartilhar chaves de desbloqueio USB entre usuários para simplificar acesso.

29. Ao configurar permissões em uma pasta compartilhada no Microsoft Windows, qual diferença fundamental existe entre permissões de compartilhamento e permissões NTFS?
- a) Permissões de compartilhamento controlam acesso pela rede; permissões NTFS controlam acesso local e pela rede, e o efetivo é a interseção entre ambas.
 - b) Permissões de compartilhamento substituem automaticamente permissões NTFS sem combinação.
 - c) Permissões NTFS só se aplicam a arquivos de sistema e não a pastas de usuário.
 - d) Permissões de compartilhamento são aplicadas apenas a administradores e não a usuários comuns.
 - e) Permissões NTFS são ignoradas quando a pasta é acessada via rede.
30. Ao preparar material com imagens e textos para publicação online, qual prática de segurança é recomendada?
- a) Converter todo o material em PDF sem checar permissões de uso.
 - b) Copiar imagens encontradas em buscas sem verificar licença para agilizar publicação.
 - c) Incluir arquivos originais com metadados pessoais sem revisão para facilitar autoria.
 - d) Hospedar conteúdo em pastas públicas sem autenticação para maior alcance.
 - e) Usar imagens com licença adequada e remover metadados sensíveis antes de publicar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A doutrina constitucionalista clássica e contemporânea diverge e se complementa no que tange à classificação das normas constitucionais quanto ao seu grau de eficácia e aplicabilidade. À luz da classificação tradicional de José Afonso da Silva, em simetria com as releituras propostas pela dogmática constitucional moderna, assinale a alternativa correta:
- a) As normas constitucionais de eficácia limitada possuem aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, produzindo, contudo, o chamado "efeito negativo", que se traduz na revogação do direito anterior incompatível e na vedação de leis posteriores que contrariem o seu comando essencial.
 - b) As normas constitucionais de eficácia contida possuem aplicabilidade direta, imediata e integral, mas admitem que o legislador infraconstitucional ou a própria dinâmica fática restrinja o alcance de seus efeitos produzidos.
 - c) As normas de eficácia limitada definidoras de princípios programáticos caracterizam-se por instituir órgãos e fixar atribuições para a estruturação do aparato estatal, carecendo de integração legislativa para sua plena operabilidade.
 - d) Normas de eficácia programática ostentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, o que desidrata sua capacidade de produzir efeitos jurídicos imediatos até a edição de lei integradora, sendo insuscetíveis de fundamentar o controle de constitucionalidade por omissão.
 - e) As chamadas normas de eficácia exaurida ou esgotada, típicas do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), mantêm sua força normativa ativa para a criação de novas situações jurídicas subjetivas, a despeito do decurso do tempo ou do cumprimento de sua condição fática.

32. Nos termos do Artigo 18 da Lei nº 4.320/1964, as dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios, bem como a cobertura dos deficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, consideram-se:

- a) subvenções sociais e integram as despesas correntes.
- b) transferências de capital e integram as despesas de capital.
- c) subvenções econômicas e integram as despesas de capital.
- d) auxílios financeiros e integram as inversões financeiras.
- e) subvenções econômicas e integram as despesas correntes.

33. Em conformidade com o Artigo 5º da Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), as penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade e suas regras de aplicação caracterizam-se por determinar a:

- a) suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens, podendo ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.
- b) suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 3 (três) a 12 (doze) meses, com a manutenção proporcional dos vencimentos, devendo ser aplicadas exclusivamente de forma cumulativa.
- c) prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e a cassação definitiva da aposentadoria ou da disponibilidade do agente público.
- d) suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo fixo de 1 (um) ano, com perda parcial das vantagens, sendo vedada a sua aplicação de forma autônoma.
- e) prestação de serviços a entidades estritamente privadas e a proibição temporária de inscrição em concursos públicos de qualquer esfera federativa.

34. O princípio da isonomia, estruturado a partir da clássica distinção entre igualdade formal e igualdade material, vincula tanto o legislador quanto o aplicador da lei. Considerando o entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito das ações afirmativas, critérios de discriminação em concursos públicos e distinções de gênero, assinale a alternativa correta:

- a) A fixação de limite de idade em concursos públicos é legítima sempre que justificada pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido, bastando a previsão editalícia e a fundamentação em critérios de razoabilidade e proporcionalidade.
- b) As ações afirmativas que estabelecem cotas raciais para o acesso ao ensino superior constituem discriminações reversas que violam a igualdade formal, sendo toleradas transitoriamente apenas quando houver comprovação de hipossuficiência econômica correlata do candidato.
- c) O princípio da igualdade material veda o estabelecimento de prazos diferenciados de licença-maternidade e licença-paternidade, uma vez que a Constituição Federal igualou homens e mulheres em direitos e obrigações, vedando distinções baseadas na parentalidade.
- d) Ofende o princípio da isonomia a previsão de critérios distintos de pontuação ou de testes de aptidão física diferenciados para homens e mulheres em concursos da carreira policial, salvo se a distinção decorrer de expressa determinação de tratado internacional de direitos humanos.
- e) O postulado da igualdade proíbe que o legislador edite normas de caráter singular ou personalista que criem distinções entre categorias funcionais, a menos que o *discrimen* guarde uma relação de estrita causalidade racional com o interesse público e a finalidade constitucionalmente protegida.

35. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, consagra o princípio da subsidiariedade no que tange à atuação do Estado. Sobre as formas de intervenção estatal no domínio econômico previstas na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado é a regra geral do modelo constitucional brasileiro, prescindindo de justificativa de segurança nacional ou de relevante interesse coletivo, desde que instituída por meio de empresa pública ou sociedade de economia mista.
- b) O Estado, na qualidade de agente normativo e regulador da atividade econômica, exercerá as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, tendo este último caráter vinculante tanto para o setor público quanto para o setor privado.
- c) O monopólio da União sobre a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural impede, por imperativo constitucional absoluto, que o ente federativo conceda ou autorize a execução dessas atividades a empresas estatais ou privadas.
- d) As empresas públicas e as sociedades de economia mista que explorem atividade econômica em sentido estrito sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
- e) A intervenção do Estado no domínio econômico por meio do tabelamento de preços de produtos ou serviços do setor privado é amplamente autorizada como medida ordinária de controle inflacionário, independentemente da ocorrência de situação de calamidade ou colapso de mercado.

36. Em conformidade com a redação literal do Artigo 5º da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), integram o rol de instrumentos expressamente previstos para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo a:

- a) instituição de agências reguladoras autônomas e a concessão de subsídios tributários às empresas que cumprirem as metas de qualidade.
- b) criação de ouvidorias corporativas obrigatórias e a instituição de câmaras arbitrais privadas para a liquidação de indenizações.
- c) criação de delegacias de polícia especializadas e a instituição de núcleos de conciliação e mediação de conflitos oriundos de superendividamento.
- d) manutenção de assistência jurídica a todos os consumidores e a criação de fundos de investimento mobiliário para a reparação de danos coletivos.
- e) instituição de Promotorias de Justiça e a concessão de estímulos fiscais diretos para o financiamento público de associações de fornecedores.

37. Di Pietro (2023), em sua obra, cita a lição de Treves e de Micheli, segundo a qual “a presunção de legitimidade do ato administrativo importa uma *relevatio ad onera agendi*, mas nunca uma *relevatio ad onera probandi*”. Isso significa que:

- a) a presunção de legitimidade inverte integralmente o ônus da prova em desfavor do administrado.
- b) a ausência de elementos instrutórios deve ser resolvida em favor da Administração Pública.
- c) a validade do ato administrativo dispensa a Administração de comprovar os fatos que o fundamentam.
- d) a presunção de legitimidade impõe ao administrado o ônus de impugnar o ato, mas não afasta o dever probatório da Administração.
- e) a presunção de legitimidade impede o controle judicial quando o ato for praticado com base em competência discricionária.

38. A relação jurídico-administrativa caracteriza-se por um arranjo verticalizado decorrente do regime jurídico administrativo. No que concerne à sua estrutura, polaridade e garantias correlatas, assinale a alternativa correta:

- a) A supremacia do interesse público sobre o privado confere à Administração a prerrogativa de modificar unilateralmente o núcleo financeiro dos contratos administrativos, prescindindo de prévia ou posterior compensação.
- b) As chamadas restrições administrativas — que limitam a liberdade e a propriedade individuais — constituem a expressão do poder extroverso do Estado, cuja validade pressupõe autorização jurisdicional antecedente.
- c) O princípio da indisponibilidade do interesse público atua como um limite à autonomia da vontade da Administração, vedando ao administrador a renúncia genérica a direitos ou a livre disposição de bens públicos.
- d) A relação jurídica administrativa é de natureza estritamente sinalagmática e paritária, o que impede o ente público de invocar privilégios processuais em juízo quando demandado por particulares.
- e) A autotutela administrativa confere ao Poder Público o poder-dever de anular seus próprios atos quando eivados de vícios de ilegalidade, gerando efeitos obrigatoriamente retroativos que mitigam a aplicação da teoria do fato consumado.

39. A personalidade jurídica de direito público interno confere aos seus titulares aptidões e sujeições específicas no ordenamento jurídico brasileiro. À luz das regras constitucionais e infraconstitucionais de organização administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) As autarquias, por possuírem personalidade jurídica de direito público, adquirem capacidade política plena, o que lhes outorga competência para inovar na ordem jurídica por meio de leis em sentido estrito.
- b) Os órgãos públicos, por serem desprovidos de personalidade jurídica própria, não possuem, em regra, capacidade processual, admitindo-se sua atuação em juízo apenas para a defesa de suas prerrogativas institucionais.
- c) As fundações públicas de direito público, embora qualificadas como espécies do gênero autárquico, sujeitam-se ao regime de execução por precatórios apenas quando a demanda judicial envolver verbas de caráter estritamente alimentar.
- d) A responsabilidade civil objetiva, baseada na teoria do risco administrativo, aplica-se exclusivamente às pessoas jurídicas de direito público, sendo vedada a sua extensão às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público.
- e) Os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público são classificados como imprescritíveis e penhoráveis, desde que o gravame judicial não comprometa a continuidade do serviço público essencial a que estejam afetados.

40. De acordo com as disposições gerais sobre as medidas cautelares previstas no Artigo 282 do Código de Processo Penal brasileiro, a imposição de qualquer medida cautelar pessoal exige a observância de critérios específicos. Fora das hipóteses de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido da medida cautelar, deverá:

- a) determinar a prisão preventiva imediata do investigado, postergando o contraditório para a fase de instrução processual.
- b) decretar o sigilo absoluto dos autos, vedando o acesso do defensor constituído até a conclusão das investigações.
- c) encaminhar os autos diretamente ao Tribunal de Justiça competente para que este realize a oitiva prévia do Ministério Público.

- d) intimar a parte contrária para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias.
- e) aplicar a medida de forma isolada, sendo vedada pela legislação a cumulação de duas ou mais medidas cautelares no mesmo processo.

41. Nos termos do Artigo 1.238 do Código Civil brasileiro, aquele que, por 15 (quinze) anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé (usucapião extraordinária). Conforme o parágrafo único do mesmo dispositivo, o referido prazo reduzir-se-á para 10 (dez) anos se o possuidor houver:

- a) adquirido o bem por meio de contrato verbal de compra e venda celebrado com herdeiro aparente.
- b) estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.
- c) comprovado a inexistência de outros bens imóveis registrados em seu nome no território nacional.
- d) efetuado o pagamento integral dos impostos prediais territoriais urbanos nos últimos 5 (cinco) anos.
- e) edificadas benfeitorias voluptuárias cujo valor de mercado supere o preço venal originário do terreno.

42. No tocante ao sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, especialmente quanto à distinção entre controle preventivo e controle repressivo, assinale a alternativa correta.

- a) O controle preventivo de constitucionalidade é atribuição do Poder Legislativo, não sendo admitida a participação do Poder Executivo ou do Poder Judiciário antes do ingresso da norma no ordenamento jurídico.
- b) O controle repressivo pela via de exceção possui como objeto principal a declaração de inconstitucionalidade da norma impugnada, produzindo, em regra, efeitos erga omnes e vinculantes.
- c) O veto presidencial por inconstitucionalidade constitui manifestação de controle preventivo de constitucionalidade, destinado a impedir o ingresso de ato normativo incompatível com a Constituição no sistema jurídico.
- d) O controle concentrado de constitucionalidade somente pode ser exercido em relação a projetos de lei já aprovados pelo Poder Legislativo, antes da promulgação e publicação do ato normativo.
- e) A arguição incidental de inconstitucionalidade, no controle difuso, pode ser suscitada apenas pelos legitimados do art. 103 da Constituição Federal, em razão da presunção de constitucionalidade das leis.

43. Durante fiscalização realizada pelo Município, constatou-se que determinado estabelecimento comercial funcionava em desacordo com as normas urbanísticas e sanitárias vigentes. Em razão disso, a Administração determinou a interrupção da atividade até a regularização das exigências legais, limitando a atuação do particular em benefício do interesse coletivo. Sob a perspectiva da atuação estatal exercida no caso, a atividade administrativa descrita é juridicamente classificada como:

- a) negativa.
- b) prestacional.
- c) positiva.
- d) delegacional.
- e) exigível.

44. Em Direito Constitucional, além do conhecimento do texto constitucional, exige-se o domínio da jurisprudência dos Tribunais Superiores e das normas constitucionais supervenientes. A partir disso, analise as afirmativas a seguir.

- I. É inconstitucional a criação, por constituição estadual, de órgão de controle administrativo do poder judiciário do qual participem representantes de outros poderes ou entidades.
- II. Não cabe o habeas data se não houve recusa de informações por parte da autoridade administrativa.
- III. Compete à justiça estadual processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante a órgão governamental.
- IV. O mandado de segurança não se presta para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.
- V. Fica excepcionalmente autorizado o parcelamento dos débitos decorrentes de contribuições previdenciárias dos consórcios públicos intermunicipais com o Regime Geral de Previdência Social, até 31 de agosto de 2025, ainda que em fase de execução fiscal ajuizada, exceto os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias.

O quantitativo de afirmativas falsas corresponde a:

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 5.

45. Uma sociedade empresária requereu à Fazenda Pública a emissão de certidão de regularidade fiscal. Constatou-se a existência de três créditos tributários distintos: um objeto de execução fiscal na qual foi deferida penhora sobre parte do faturamento da empresa; outro referente a tributo sujeito a lançamento por homologação, cujo fato gerador ocorreu há mais de cinco anos sem qualquer lançamento de ofício; e um terceiro crédito discutido administrativamente, sem depósito integral do montante controvertido. Após a prolação de decisão administrativa desfavorável ao contribuinte no terceiro processo, a empresa insistiu na emissão da certidão. De acordo com as disposições do Código Tributário Nacional sobre certidões e das regras relativas à decadência e à suspensão da exigibilidade do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- a) A penhora sobre o faturamento autoriza a expedição de certidão negativa, pois equivale à extinção parcial do crédito tributário garantido.
- b) A existência de crédito tributário garantido por penhora impede qualquer modalidade de certidão de regularidade fiscal até a integral satisfação da obrigação.
- c) O crédito decorrente de tributo sujeito a lançamento por homologação não se submete à decadência enquanto inexistir manifestação expressa da autoridade fiscal, pois o prazo decadencial somente teria início no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, independentemente da ocorrência de pagamento antecipado pelo contribuinte.
- d) A decisão administrativa desfavorável ao contribuinte mantém suspensa a exigibilidade do crédito tributário até o ajuizamento da respectiva execução fiscal.
- e) A certidão positiva com efeitos de negativa poderia ser emitida em razão da penhora sobre o faturamento, mas a existência do terceiro crédito, sem causa legal de suspensão da exigibilidade, impede sua expedição.

46. Certo Município celebrou contrato de concessão para a prestação do serviço público de transporte coletivo urbano. Após alguns anos de execução contratual, verificou-se grave desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos extraordinários e imprevisíveis. Paralelamente, a concessionária deixou de cumprir indicadores mínimos de qualidade previstos no contrato, ocasionando reiteradas reclamações dos usuários. Diante desse cenário, a Administração iniciou procedimento destinado à retomada da prestação do serviço. Considerando o regime jurídico dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- a) O inadimplemento contratual da concessionária pode ensejar a caducidade, ao passo que a retomada do serviço por razões de interesse público superveniente caracteriza a encampação.
- b) A precariedade da prestação autoriza a retomada imediata do serviço pela Administração, independentemente de processo administrativo ou indenização.
- c) A concessão de serviço público possui natureza precária, razão pela qual pode ser extinta unilateralmente a qualquer momento pela Administração.
- d) A encampação decorre do inadimplemento contratual da concessionária, enquanto a caducidade exige prévia demonstração de interesse público superveniente.
- e) O desequilíbrio econômico-financeiro afasta a incidência das prerrogativas da Administração e impede qualquer forma de extinção unilateral da concessão.

47. Acerca das prerrogativas processuais da Fazenda Pública, do regime da repercussão geral e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, analise as afirmativas a seguir.

- I. O prazo em dobro previsto para a Fazenda Pública não se aplica à impugnação ao cumprimento de sentença que reconheça obrigação de pagar quantia certa, por existir prazo específico de 30 dias previsto no Código de Processo Civil.
- II. Não se aplica a prerrogativa do prazo em dobro à Fazenda Pública nos processos de controle concentrado de constitucionalidade.
- III. A Fazenda Pública, quando atuar como assistente simples, não faz jus ao prazo em dobro para oposição de embargos de declaração, por não ostentar a condição processual de parte.
- IV. O prazo para apresentação de contrarrazões ao agravo interno interposto contra decisão que defere ou indefere suspensão de liminar ou de segurança é contado em dobro quando a recorrida for a Fazenda Pública.
- V. O reconhecimento da repercussão geral exige que a questão constitucional discutida apresente relevância simultaneamente econômica, política, social e jurídica.
- VI. A aplicação da tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal em tema de repercussão geral aos processos sobrestados independe do trânsito em julgado do processo paradigma.
- VII. A rejeição da repercussão geral exige manifestação de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal.
- VIII. Reconhecida a repercussão geral, todos os processos que versem sobre a mesma matéria são automaticamente suspensos, independentemente de determinação do relator.

O quantitativo de afirmativas verdadeiras corresponde a:

- a) 3.
- b) 4.
- c) 5.
- d) 6.
- e) 7.

48. No curso de reclamação trabalhista, verificaram-se as seguintes situações:

- I. As partes apresentaram acordo judicial abrangendo todas as parcelas discutidas na demanda, tendo o magistrado deixado de homologá-lo por entender necessária a produção de outras provas.
- II. Em execução definitiva, o juízo determinou a penhora de valores existentes em conta bancária da executada para garantia do crédito exequendo.
- III. Trabalhador contratado por empresa prestadora de serviços ajuizou reclamação trabalhista em face da tomadora integrante da Administração Pública indireta, demonstrando falha na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas pela contratada.

De acordo com a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) A homologação do acordo constitui faculdade do magistrado; a penhora em dinheiro somente é admitida após o esgotamento dos demais bens; e a Administração Pública responde subsidiariamente pelo mero inadimplemento da prestadora.
- b) A homologação do acordo constitui direito subjetivo das partes; a penhora em dinheiro observa a ordem legal de preferência na execução; e a responsabilidade subsidiária da Administração exige demonstração de culpa na fiscalização.
- c) A homologação do acordo constitui faculdade do magistrado; a penhora em dinheiro observa a ordem legal de preferência; e a Administração Pública responde subsidiariamente pelo simples inadimplemento das obrigações trabalhistas.
- d) A homologação do acordo constitui ato vinculado quando houver consenso das partes; a penhora em dinheiro observa a ordem legal de preferência; e a responsabilidade subsidiária da Administração Pública exige demonstração de conduta culposa na fiscalização do contrato.
- e) A homologação do acordo constitui faculdade do magistrado; a penhora em dinheiro observa a ordem legal de preferência na execução; e a responsabilidade subsidiária da Administração Pública exige demonstração de conduta culposa na fiscalização do contrato.

49. O administrador de uma empresa efetuou regularmente o desconto das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração de seus empregados. Contudo, embora tenha retido os respectivos valores na folha de pagamento, deixou de repassá-los à Previdência Social no prazo e na forma legalmente previstos, utilizando os recursos para custear despesas operacionais da empresa. A conduta descrita caracteriza, em tese, o crime de:

- a) sonegação de contribuição previdenciária.
- b) estelionato previdenciário.
- c) falsidade ideológica previdenciária.
- d) apropriação indébita previdenciária.
- e) descaminho previdenciário.

50. Quando a lei autoriza a celebração de comodato de bem público e confere à Administração a prerrogativa de exigi-lo de volta por motivo de interesse público, tal previsão evidencia a presença de:

- a) horizontalidade entre as partes.
- b) cláusulas exorbitantes existentes implicitamente.
- c) utilidade pública que resulta diretamente do contrato.
- d) objeto que diz respeito ao interesse geral diretamente.
- e) verticalidade pública e possibilidade de submissão supletiva ao direito privado.

--	--	--	--

- A prova discursiva (Peça Processual / Parecer Jurídico) deverá ser preenchida com o número de ORDEM, disponível no CARTÃO DE RESPOSTAS;
- Não poderá haver qualquer assinatura, marcação ou sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato, sob pena de nulidade da prova; e
- Após o término, o candidato deverá devolver a PROVA DISCURSIVA, levando consigo somente a folha de rascunho, se desejar.

FOLHA DE RESPOSTA[illegible]